



ConjunturaInternacional ano 5 • n° 05 • 09 a 14/02/08 • ISSN1809-6182

Análise

06/03/2008 - Crise Sul Americana: Equador, Colômbia e Venezuela....... p.01

Após ação do exército colombiano em território equatoriano para combater as FARC, que culminou com a morte de Raúl Reyes, instalou-se uma grave crise política no subcontinente entre alguns países.

Crise Sul Americana: Equador, Colômbia e Venezuela

Análise Segurança Joana Laura Marinho Nogueira 06 de março de 2008

Após ação do exército colombiano em território equatoriano para combater as FARC, que culminou com a morte de Raúl Reyes, instalou-se uma grave crise política no subcontinente entre alguns países.

m primeiro de março de 2008, o governo da Colômbia, numa missão militar no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), invadiu o território equatoriano. Na ação, foram mortos cerca de 17 guerrilheiros entre eles Raúl Reyes, cujo nome verdadeiro era Luis Edgar Devia, que era porta-voz e número dois na hierarquia de comando da organização, além de Guillermo Enrique Torres (Julián Conrado), considerado um dos principais ideólogos da guerrilha.

As mortes ocorreram na região da cidade de Santa Maria, situada no nordeste do Equador, cerca de 2 km da fronteira com a Colômbia. Elas são resultado de uma ação militar iniciada na Colômbia no combate as FARC e desarticulação sua estrutura mantida em território colombiano.

As Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo são uma organização paramilitar criada na década de 1960 como um braço armado do Partido Comunista Colombiano. Hoje, é considerado como grupo terrorista por alguns países, entre eles: a Colômbia, os Estados Unidos (EUA) e a União Européia (UE), não podendo deixar de ser considerada como uma organização criminosa. Os números quanto ao seu efetivo variam entre 10 e 15 mil membros e estão presentes em aproximadamente

35% do território colombiano. São diretamente financiados pelo narcotráfico, apesar de ser proibido a seus membros consumir a droga por eles produzida e comercializada.

É parte da estratégia de ação do grupo a realização de seqüestros, especialmente, de importantes políticos colombianos. Semanas antes da ação que culminou na morte de Raúl Reyes, o comando das FARC havia liberado seis reféns que estavam sob seu poder há cerca de cinco anos. Essa libertação fora mediada pelo presidente venezuelano, Hugo Chavez, no entanto, neste grupo não se encontrava a franco-colombiana Ingrid Betancourt, excandidata à Presidência da Colômbia em poder das FARC há mais de seis anos.

Por ser também de origem francesa, o caso de Betancourt é ainda mais complexo e tem sido, diretamente, acompanhado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy. Os relatos dos recém-libertados reféns indicam que Ingrid sofre de graves problemas de saúde. Na oportunidade também foi anunciado por autoridades francesas, que o guerrilheiro morto, Raúl Reyes, seria o contato do governo francês com as FARC para libertação de Betancourt. Embora, as FARC tenham anunciado que o ataque não impedirá a seqüência de negociação para liberação de reféns, acredita-se que serão impostas condições mais duras à libertação.

Após o fim da ação que resultou na morte de Reyes em solo equatoriano, o Presidente colombiano, Álvaro Uribe, informou a seu par equatoriano, Rafael Correa, como os eventos aconteceram. No ensejo, agradeceu à suposta cooperação equatoriana à ação militar colombiana, justificando a invasão territorial do Equador no sentido de que o combate ao terrorismo não deve respeitar fronteiras.

Em contrapartida, Correa reagiu exigindo maiores esclarecimentos do ocorrido, confirmando o envio de uma nota diplomática de protesto sobre o que classificou como "as ações escandalosas que são uma agressão ao nosso território.". Até este momento a crise político-diplomática girava em torno apenas dos vizinhos Colômbia e Equador.

Todavia, o presidente da Venezuela, Hugo país vizinho da Colômbia, Chavez, entendeu como iminente ameaça à integridade territorial venezuelana. Em medida de repúdio à ação colombiana, demonstrou seu apoio aos equatorianos fechando sua embaixada em Bogotá, capital colombiana, e deslocou tropas para a fronteira com a Colômbia. Este posicionamento político foi corroborado pelas declarações de Hugo Chavez, que afirmou caso uma invasão venha a acontecer do lado da fronteira com a Venezuela, está deverá ser, sumariamente, considerada como um ato de guerra.

Posteriormente, no mesmo sentido, agiu o presidente do Equador, Rafael Correa, fechando sua embaixada em Bogotá e decretando a "expulsão imediata" do embaixador da Colômbia em Quito, Carlos Holguín. Numa ação mais prática, mobilizou tropas para a fronteira com a Colômbia e solicitou reuniões urgentes no âmbito da Comunidade Andina de Nações (CAN) e na Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Estado colombiano, em nota, lida ainda no dia 02 de março de 2008, desculpou-se pela ação com o Equador e explicou sua ação justificando que "a Colômbia não violou a soberania, mas atuou de acordo com o princípio de legítima defesa." segundo informava o documento divulgado pelo governo colombiano e lido por seu Ministro das Relações Exteriores, Fernando Araújo.

Contudo, as desculpas colombianas foram insuficientes para pôr fim à crise política instaurada. Já que, além da exigência equatoriana de um compromisso por parte da Colômbia de que aquele fato não mais se repetiria, o governo equatoriano exigia que sanções internacionais pudessem ser aplicadas.

foram Ademais, encontradas computador pessoal do guerrilheiro assassinado, informações que apontariam ligações entre o governo equatoriano de Correa e as FARC. Estas informações, segundo o diretor da polícia colombiana, general Oscar Naranjo, comprometeriam a segurança do país e permitiriam um pedido de explicações por parte da Colômbia para com o governo equatoriano.

Também foram encontradas em poder dos guerrilheiros mortos, informações que comprovavam a ligação de Chavez com as FARC, havendo inclusive provas de que o governo venezuelano teria pago 300 milhões de dólares à organização, em contrapartida a recente liberação de reféns, em fevereiro de 2008. Além disso, foram divulgadas notas que comprovariam a ligação entre o Presidente Chavez e o chefe da guerrilha, Manuel Marulanda.

informações caso confirmadas poderiam causar uma crise ainda mais grave entre Venezuela e Colômbia, pois possibilitaria alegações de invasão de soberania agora de parte do Estado colombiano. Porém. o presidente colombiano, Álvaro Uribe, apenas anunciou que denunciará Hugo Chavez, Chefe de Governo da Venezuela, ao Tribunal Penal Internacional por financiar terrorismo, assim forem que comprovadas as informações.

Todos estes acontecimentos fizeram com que a crise escalasse e o receio de uma disputa militar levou Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a expressar profunda preocupação com o aumento da tensão na região pedindo, inclusive, aos países envolvidos que utilizassem o diálogo para solucionar seus problemas.

Por seu envolvimento direto com a Colômbia no combate ao narcotráfico os EUA saíram em apoio ao governo colombiano, sustentando a tese de legítima defesa. Já o Brasil vem se mantendo neutro em relação ao conflito, apesar de ter fronteiras com todos os Estados envolvidos na crise, o Brasil não aumentou o efetivo militar na região, pois acredita que a crise será resolvida apenas em âmbito político-diplomático.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que a "violação territorial é algo condenável. É uma infração que coloca em insegurança os Estados menores.", contudo ele acredita também que "algo que contribuiria e muito seria um pedido de desculpas não tão limitado.".

Desse modo, pode-se afirmar que é consenso entre os líderes do subcontinente que um pedido formal de desculpas sem que nenhuma condição seja imposta deve ser feito, pois é certo que houve uma invasão territorial. Outro ponto de convergência entre os chefes americanos é que a via diplomática, gualificada da na reunião convocada para 04 de março de 2008, é a melhor forma para solucionar a crise.

Para tanto, reuniram-se durante dois dias em Washington, sede da OEA, representantes dos 34 países membros da organização para discutir a elaboração de um documento que finalizaria a crise vivida na América Latina. Nos debates, as partes envolvidas discordavam quanto alguns pontos dispostos no documento que resolveriam a crise. Tais posições dificultaram o acordo. O Equador exigia a

condenação pela violação de soberania, mas o apoio estadunidense à Colômbia dificultou a aprovação de qualquer sanção ao país.

A ligação entre a Colômbia e os EUA se dá pelo fato de ser o primeiro um grande drogas produtor de sede e organizações internacionais narcotraficantes. Enquanto o segundo é um dos principais mercados receptores da droga colombiana e têm seus índices de criminalidade ligados ao consumo de drogas ilícitas. Com esta suposta ligação os EUA matem acordos com a Colômbia para combate ao tráfico de drogas e desarticulação dos grupos paramilitares existentes em território colombiano.

Depois de intensas negociações no âmbito da OEA o impasse foi resolvido e, por fim, aprovou-se por unanimidade pelo Conselho Permanente da organização um acordo declarando que a ação militar colombiana em território equatoriano "constitui em uma violação da soberania." do Equador, não condenando, porém, o estado colombiano por esta violação.

As partes envolvidas, todavia, seguem negociando o combate ao terrorismo na região. Apesar de ter aceitado a resolução da OEA sobre o caso, Correa afirmou que ainda espera uma condenação da Colômbia sobre o fato. Pela resolução, será designada uma comissão da OEA que irá visitar regiões indicadas pelos dois países para que sejam apurados os fatos e, em 17 de março de 2008, haverá um novo encontro a fim de que sejam formuladas todas as recomendações pertinentes sobre o caso.

Objetivando um maior suporte à sua demanda, o Presidente equatoriano, Rafael Correa, percorreu alguns países buscando apoio para sua posição. Exigindo desculpas e uma retratação quanto às acusações de ligação de seu governo com as FARC, Correa afirma que não busca uma guerra, mas que defenderá sua soberania até as últimas conseqüências. O roteiro de visitas incluiu

CONJUNTURA

países como Brasil, Venezuela, Argentina, Nicarágua e outros. Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, após visita de Correa a seu país, agiu conforme a Venezuela e cortou relações diplomáticas com a Colômbia.

Em meio às disputas diplomáticas entre os Estados, as FARC seguem suas atividades. Anunciaram, no dia 02 de março de 2008, que o comandante Joaquín Gómez, cujo nome verdadeiro é Milton Doncel, assumirá o posto de Raúl Reyes, morto na ação colombiana. Além disso, libertaram, no dia 05 de março de 2008, quatro turistas seqüestrados em janeiro.

Ocorreu em meio à crise a 20ª Cúpula do Grupo do Rio¹ realizada em Santo Domingo, República Dominicana. Mesmo estando programada desde bem antes do início da crise e tendo como pauta outros problemas da região, o encontro que congrega países latino-americanos se apresenta como uma nova oportunidade de pôr fim aos desentendimentos entre os Estados. Tanto Correa quanto Uribe acreditam ser esta uma boa oportunidade para busca do consenso, especialmente, quanto à elaboração de um plano de combate ao terrorismo na região.

O que não pode ser esquecido em meio esta crise político-institucional é que para o continente americano este não seria o primeiro caso de violação de soberania. Cuba e a tentativa de invasão da Baía dos Porcos em 1961²; a Nicarágua³ e a luta

sandinista pela libertação do país e posteriormente sua contra-revolução, cujas bases de ação se dividiram entre Honduras e Costa Rica; entre outros menos divulgados são exemplos de lutas e violações ocorridas no âmbito de ação da OEA.

Sabe-se também que a luta colombiana contra as FARC já rendeu algumas outras ameaças à estabilidade diplomática da Colômbia. Por exemplo, quando os EUA apresentaram o "Plano Colômbia"⁴, em 2000, os líderes da região temeram violações de soberanias, invasões de território e o maior ingerência estadunidense na região.

Ademais, indiferente se as FARC são um grupo terrorista, como consideram alguns países ou grupo de libertação como consideram outros. O que importa é que enquanto se discute o *status* político do grupo e qual deve ser a sanção colombiana pela violação da soberania, o comando da organização, segue com suas ações.

Na realidade, importa mesmo é que haja coordenação para a cooperação institucional entre os países, no sentido de derrotar o grupo e possibilitar a retomada da soberania colombiana sobre seu próprio território. Uma vez que, nas regiões dominadas pela guerrilha, mantém-se uma estrutura paralela de Estado, em que há pouca ou nenhuma ingerência do governo colombiano.

¹ Vide glossário.

² Fora uma tentativa de invasão frustrada a Cuba por parte de exilados cubanos que apoiavam ao regime de Fulgêncio Batista, financiados pelos EUA, na tentativa de derrubar o governo socialista de Fidel Castro que assumiu o governo de Cuba após a revolução em 1959 com objetivo de assassiná-lo.

³ Em 19 de julho de 1979, jovens guerrilheiros invadiram Manágua, apoiados nicaragüenses que sonhavam com o fim da ditadura de Somoza, a revolução recebeu um forte apoio internacional. No entanto, após a conquista do poder, a cúpula da Revolução definiu a estratégia de governo para um projeto socialista,

desapropriando fazendas e quebrando o pacto com os empresários. Os contra-revolucionários, apoiados então pelos EUA, começaram uma guerra civil que teve fim na década de 1990 com a derrota eleitoral da revolução.

⁴ Acordo entre EUA e Colômbia que se destinava a prover ajuda monetária e de infra-estrutura militar no combate a produção e o tráfico de cocaína. Porém, para alguns analistas o plano também tinha o propósito de desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, salvaguardando os interesses estadunidenses.

Em suma, além da clara e convergente certeza da invasão colombiana ao território equatoriano, de concreto a crise não apresenta mais nada. Não se advoga que uma invasão territorial e, sua conseqüente violação da soberania de um Estado, não seja grave ou relevante para o sistema internacional. Preocupa, no entanto, que a ênfase verbal que se dá ao fato, possa dificultar a resolução do conflito, quando se acredita que este seja um incidente de rápida resolução pelas vias diplomáticas e por negociação bilateral.

O modo como a Venezuela se inseriu no conflito pode ser considerado como um exagero diplomático, já que a fronteira violada localizava-se no extremo oposto ao seu território e decorrente de uma ação militar de combate forcas revolucionárias. Por conseguinte, considera-se legítima incursão diplomática entre Equador e Colômbia, não é possível afirmar o entretanto, mesmo da participação venezuelana.

Ressalta-se, por fim que, enquanto os três chefes de Estado envolvidos seguem trocando acusações quanto às suas ligações supostas com as FARC. prometem denúncias mútuas aos tribunais internacionais, deslocam seus exércitos e chegam a uma situação de quase-guerra. As FARC seguem desestabilizando à Colômbia e estremecendo as relações político-diplomáticas na dificultando a integração regional e a criação de um espaço sul-americano, favorável ao desenvolvimento.

Referência

Sites:

BBC

http://www.bbc.co.uk

El Colombiano

http://www.elcolombiano.com/

El Nuevo Siglo

http://www.elnuevosiglo.com.co/

El Universal

http://www.eluniversal.com/

Folha on line

http://www.folha.com.br/

La Hora

http://www.lahora.com/

Ver Também:

08-10-2004: <u>Colômbia: política de</u> segurança de Álvaro Uribe.

17-05-2004: Violência na Colômbia.

05-06-2007: <u>Novos movimentos</u> paramilitares na Colômbia.

12-07-2007: <u>Manifestação na Colômbia</u> pela libertação de reféns.



ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profa. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

<u>Chefia do Depto de Relações Internacionais:</u> Prof. Javier Alberto Vadell

<u>Coordenação do Curso de Relações Internacionais:</u> Prof. Javier Alberto Vadell_

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

<u>Conselho acadêmico</u>: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

<u>Membros</u>: Anna Cláudia Menezes, Ana Caroline Maia, Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco -Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: http://www.pucminas.br/conjuntura